



OBSERVATORIO
NACIONAL DOS
CIRVER

Rua da Murgueira, 9/9º – Zambujal
Apartado 7585
2611 – 865 Amadora

18ª Reunião do Observatório Nacional dos CIRVER

3 de maio de 2017

ASSENTO DA REUNIÃO

A 18.ª reunião do Observatório Nacional dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER) realizou-se nas instalações do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação e teve início pelo seu Presidente, o qual começou por dar as boas vindas aos membros do ONC presentes (lista de presenças em anexo) e agradeceu o convite do IAPMEI, que gentilmente disponibilizou as suas instalações para a realização da 18.ª reunião do ONC. Seguidamente foi apresentada a ordem de trabalhos, tendo sido discutidos os seguintes assuntos:

1. Execução do Plano de Atividades 2016-2017

Na sequência da agenda estabelecida, o Presidente do ONC começou por apresentar uma matriz que sintetiza o ponto de situação relativamente à execução do Plano de Atividades definido para 2016-2017, salientando o não cumprimento do objetivo definido para o primeiro trimestre de 2017, concretamente a elaboração do Relatório de Atividades (RA) de 2016. A este respeito o Presidente do ONC explicou que existe uma incompatibilidade temporal entre a data de elaboração do RA (31 de março) e a data legal definida para a entrega do Relatório Ambiental Anual (RAA) por parte dos CIRVER (30 de abril), pelo que o cumprimento deste objetivo nunca será possível.

Relativamente ao Estudo de Resíduos Perigosos em Portugal, o Presidente do ONC revelou que este está a ser realizado por iniciativa da Secretaria de Estado do Ambiente. O Observatório ficou responsável pela elaboração de um capítulo relativo aos CIRVER. Assim, solicitou a colaboração de todos os membros do ONC na conclusão do capítulo referido.

No âmbito do estudo-piloto para o Eco Parque do Relvão, o Presidente do ONC salientou a necessidade de serem estabelecidas simbioses industriais entre os CIRVER e as restantes empresas do Eco Parque do Relvão para que dentro do Eco Parque seja possível implementar o conceito de Economia Circular.

Ressalvou igualmente a necessidade de serem promovidas sinergias entre a Associação do Ecoparque e o Observatório, desde que legalmente enquadráveis, por forma a evitar sobreposições.

No sentido de dar cumprimento às restantes atividades previstas no Plano para 2017, o Presidente do ONC sugeriu uma distribuição dos temas abrangidos no âmbito das competências do Observatório pelos seus diferentes membros. Deste modo, seria possível dinamizar a colaboração de diferentes membros, no âmbito das temáticas que seguem nas entidades que representam, fomentando a participação de todos na prossecução dos objetivos definidos no Plano de Atividades. Neste sentido, será enviada a todos os membros do ONC uma lista de temas, na qual poderão identificar qual ou quais os temas em que cada membro poderá contribuir no âmbito da sua área de conhecimentos.

2. Análise da Atividade do ONC em 2016

Durante a apresentação do Presidente do ONC, este fez uma breve análise da atividade desenvolvida pelo ONC no segundo semestre de 2016, destacando os documentos elaborados (o relatório da atividade desenvolvida pelos CIRVER em 2015 e o Plano de Atividades 2016/2017), as reuniões realizadas (uma em junho e outra em dezembro) e também as atividades transversais do ONC (nomeadamente a participação no grupo de trabalho que está a elaborar o Estudo dos Resíduos Perigosos em Portugal). No seguimento deste ponto, o Presidente sugeriu que durante o presente ano se realizassem três reuniões do Observatório.

3. Estudo de Resíduos Perigosos

Em relação a esta temática, o Presidente do Observatório referiu novamente que este Estudo já teria avançado por iniciativa da Secretaria de Estado do Ambiente estando o mesmo a ser realizado por um grupo de trabalho, constituído por diferentes entidades, entre as quais o Observatório. O âmbito deste estudo serão as principais atividades económicas geradoras de resíduos perigosos, a distribuição espacial dos produtores de resíduos perigosos, as principais tipologias e destinos de resíduos perigosos. Explicou que este trabalho tem como base a análise estatística dos dados relativos à gestão de resíduos perigosos em Portugal durante o período de 2009 a 2015, a partir da qual se pretende fazer uma análise prospetiva da produção de resíduos perigosos em Portugal para o horizonte temporal 2016-2023. Mais uma vez, o Presidente do ONC frisou a necessidade da colaboração de todos os membros do Observatório na conclusão do capítulo deste estudo que ficou sob a responsabilidade do ONC, sugerindo remeter a todos o trabalho por si já realizado, para que todos possam dar os seus contributos.

4. Outros assuntos de interesse

Outro dos pontos abordados pelo Presidente do ONC foi a elaboração do Plano de Atividades para o próximo ano. Neste contexto, foi apresentada uma proposta de cronograma:

- Distribuição de temas pelos diferentes membros do ONC - junho;
- Contributos dos membros do ONC - setembro (1.ª quinzena);
- Consolidação dos contributos - setembro (2.ª quinzena);
- Apresentação da versão final - outubro (1.ª quinzena).

Terminada a sua apresentação, o Presidente do ONC deu a palavra aos membros do Observatório pedindo a sua opinião relativamente aos possíveis contributos que cada membro poderá dar no âmbito das competências do ONC e especificamente ao Presidente da Câmara da Chamusca pediu que fizesse um ponto de situação sobre o projeto relativo ao Eco Parque do Relvão.

O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca (CMC) começou por explicar que em 2006 foi criada a Associação do Parque do Relvão, a qual tem de momento 15 associados, e ao fim de dez anos, foi constituída uma Unidade de Missão, da qual fazem parte o CIRVER-SISAV, a Somos Ambiente, a Resitejo, a Câmara Municipal da Chamusca e a Associação de Empresas do Parque do Relvão, e tem como objetivo a criação de um modelo de gestão para o Eco Parque do Relvão. Neste momento, esta Unidade de Missão está a definir o Plano Estratégico do Eco Parque, não só relativamente às empresas mas também relativamente ao parque em si. Ainda com respeito à Associação do Parque do Relvão, o Presidente da CMC informou que estes iriam avançar com um estudo sobre a problemática das acessibilidades ao Parque do Relvão por forma a sustentar as suas preocupações.

Salientou ainda que foi alterado o PDM do Parque do Relvão de modo a que os CIRVER possam aumentar a sua capacidade de deposição em aterro, uma vez que estas estruturas apresentam uma taxa de ocupação superior ao que era previsto.

O Presidente da Câmara da Chamusca informou que a Autarquia tem monitorizado um conjunto de parâmetros ambientais no Parque do Relvão, nomeadamente, nos domínios da qualidade da água e do ar. Para além da referida monitorização, a Câmara, juntamente com os CIRVER, está a promover um estudo sobre a classificação dos resíduos perigosos, que está a ser desenvolvido pela empresa 3 Drivers, por forma a serem identificadas situações de desvio de resíduos perigosos dos CIRVER, sem cumprimento das imposições legais.

Em relação aos CIRVER, o Presidente do Observatório acrescentou que seria importante perceber que tipos de resíduos estavam a ser recebidos pelos CIRVER através do Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR) e se eram encaminhados para tratamento ou para deposição direta em aterro.

Na sua opinião, a importação de resíduos perigosos para os CIRVER é uma operação enquadrável na legislação e pode contribuir para o desenvolvimento económico do mercado de gestão destes resíduos, mas salienta que deve ser rigorosamente analisada, com o envolvimento do ONC, por forma a não comprometer a auto-suficiência do País neste domínio, que tanto custou a alcançar. Neste âmbito, convidou os membros do ONC a apresentarem as suas posições sobre a temática do MTR.

O representante do IAPMEI salientou a importância de se perceber como podem ser promovidas as simbioses industriais das empresas que fazem parte do Parque do Relvão, tal como está previsto no Plano de Atividades do ONC 2016-2017.

Por sua vez, a representante da ARS – LVT, mostrou-se novamente preocupada com a questão da acessibilidade ao Parque do Relvão revelando que, em parceria com a CMC, desenvolveram um documento que tem como objetivo fazer chegar ao Governo as suas preocupações relativamente a esta questão e também as consequências do ponto de vista da saúde pública que daí advêm. Salientou ainda a necessidade de se conhecer as tipologias de resíduos recebidos nos CIRVER por MTR, assim como as operações de tratamento a que os mesmos são sujeitos.

A representante da APA reitera todas as preocupações referidas sublinhando que estas também configuram preocupações da APA. Salientou ainda a colaboração da APA quer no Estudo sobre os resíduos perigosos em Portugal, quer na Comissão de Acompanhamento do Eco Parque do Relvão.

O representante da CCDR-LVT considerou positiva a partilha de temas pelos diferentes membros do Observatório, mostrando-se disponível para colaborar nos temas da esfera de competências da entidade que representa. Mais uma vez, fez questão de abordar a temática das acessibilidades, informando aos demais que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente já tinha dado alguns passos relativamente a esta questão, mas no seu entender não avançou tanto quanto este gostaria. Na sua opinião os políticos deveriam reclassificar a obra de conclusão do IC3 como sendo uma necessidade de índole nacional e não regional, tal como está de momento classificada.

Na sequência do tema da acessibilidade ao Parque do Relvão abordou-se a necessidade da Comissão de acompanhamento deste Eco Parque dar conhecimento ao ONC das ocorrências que vão acontecendo nesta estrutura, para que, sempre que necessário o ONC tenha à sua disposição elementos que reforcem a ideia das dificuldades e dos perigos existentes neste Eco Parque, por falta de acessos ao mesmo.

A representante da Quercus também sugeriu elaborar um documento, em parceria com a Câmara Municipal da Chamusca, sobre os acidentes relacionados com o transporte de resíduos, que ocorreram na Chamusca, com a respetiva análise de perigosidade e de possíveis impactos que poderiam ter advindo desses mesmos acidentes. O objetivo seria fazer um somatório de contributos que juntamente com o estudo sobre as acessibilidades ao Parque do Relvão, que está a ser desenvolvido pela Câmara Municipal da Chamusca, demonstrasse quais seriam os gastos associados à remediação dos possíveis danos ambientais causados pelos acidentes ocorridos, no caso de estes terem evoluído para consequências mais graves. Sugere ainda que, o resultado final desta análise fosse apresentado ao Conselho de Ministros. A este respeito, o Presidente do Observatório lembrou que o ONC está sob a tutela do Senhor Ministro do Ambiente a quem deveriam ser previamente submetidas todas as recomendações deste órgão. A representante da Quercus explicou que a sua sugestão

era mais na perspectiva de apresentar um problema que existe na Chamusca, nomeadamente, no que diz respeito ao transporte de mercadorias perigosas.

No seguimento da discussão sobre o problema da acessibilidade ao parque do Relvão, o Presidente do Observatório sugeriu convidar-se para a apresentação do estudo sobre as acessibilidades ao Parque do Relvão que está a ser elaborado pela Câmara Municipal da Chamusca, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IMT, na qualidade de entidade responsável pela Regulamentação do transporte de mercadorias perigosas por estrada. Como resultado desta reunião sugere elaborar-se uma recomendação, a qual poderá ser apresentada à tutela, juntamente com os contributos dos diferentes membros do Observatório e o somatório das ocorrências verificadas durante o transporte de resíduos perigosos para o Eco parque, para reforçar a importância da conclusão dos acessos ao Parque do Relvão.

O representante da Autoridade da Concorrência questionou se estava previsto haver um estudo do impacto ambiental no decorrer do processo de prorrogação das licenças de exploração dos CIRVER. No seu entender, perante as preocupações que têm sido levantadas nas reuniões do ONC, nomeadamente, a questão da acessibilidade ao Parque do Relvão, seria extremamente importante fazer-se uma avaliação do impacto ambiental para se decidir sobre a prorrogação das licenças. Considera ainda que, deverá também fazer-se uma análise sobre a localização geográfica dos dois CIRVER, na Chamusca, verificando-se se esta constitui uma solução ambientalmente favorável, sublinhando que o facto de ser economicamente viável nada tem a ver com o ser ambientalmente viável. A APA ficou responsável por verificar junto do Departamento de Avaliação do Impacto Ambiental se perante estes factos estaria previsto um novo AIA em sede da prorrogação das licenças de explorações dos CIRVER.

O Presidente do ONC referiu ainda que gostaria que se fizesse uma análise geográfica da proveniência dos resíduos perigosos produzidos em Portugal. A representante da ARS acrescenta que para além da distribuição geográfica da produção de resíduos perigosos em Portugal seria importante saber-se que tipo de resíduos estão a ser produzidos e se estes estão devidamente identificados. A APA disponibilizou-se para verificar se os dados solicitados poderão ser extraíveis a partir da plataforma de submissão de dados, sem qualquer tipo de compromisso.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente do Observatório deu por encerrada a reunião.

ANEXO

Lista de presenças na 18.ª reunião do ONC

Organismo	Acrónimo	Nome
Observatório Nacional dos CIRVER	Presidente	Pedro Duarte Delgado
Agência Portuguesa do Ambiente	APA	Joana Sabino
APA-secretariado técnico		Cristiana Gomes
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	CCDRLVT	Fernando Ferreira
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação	IAPMEI	Paula Lança
		João Pimentel
Autoridade da Concorrência	AdC	Miguel Moura e Silva
Associação Nacional de Municípios Portugueses	ANMP	Paulo Queimado
Câmara Municipal da Chamusca	CM - Chamusca	Cláudia Moreira
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	ARSLVT	Vera Noronha
Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente	Quercus	Cármem Lima